

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

# O pesado custo da reeleição

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

A crise econômica nacional, em grande parte, é fruto da aprovação da emenda que possibilitou a reeleição para todas as esferas de governo. Em recentes artigos, Fernando Rodrigues, na Folha, aborda o tema com idêntica conclusão.

Não considero a reeleição em si um mal. Inúmeros são os países que adotam a possibilidade de manter continuidade política e administrativa pela reeleição de seus mandatários, sendo elementar o princípio de que se o governo for bom, deve continuar; se for mau, deve ser substituído, cabendo ao eleitor a escolha. Nos Estados Unidos, após as sucessivas eleições de Roosevelt, emenda constitucional estabeleceu o direito de o presidente concorrer a apenas uma reeleição.

O argumento contrário, de que o governo tem mais condições de fazer campanha do que a oposição, tornando desigual o pleito, embora seja ponderável, não é capaz de afastar este outro, de que o eleitor soberano deve saber escolher, entre os diversos candidatos, aquele que é o melhor e, se não souber escolher, é porque ainda a democracia em seu país é imatura, mas nem por isso deve ser eliminada. A democracia seria, nesse caso, um caminho de escolha de governantes, que precisaria ser amadurecido, mas não suprimido sob a alegação de que o despreparo do povo para "decidir" torna preferível que apenas os "melhores" decidam por todos, como ocorre nas ditaduras sangrentas de Cuba, do Iraque e da China.

Assim sendo, a reeleição, muitas vezes, é desejável, pois permite planejar a condução de um país a mais longo prazo, nos regimes presidenciais, lembrando que a reeleição sempre foi permitida para o Legislativo. No Brasil, porém, a emenda constitucional nº 16/97 foi extremamente negativa, pois foi aprovada a apenas um ano e três meses das eleições previstas para 1998, sem que os governos da União, dos 26 Estados e do Distrito Federal tivessem sido eleitos com essa perspectiva de eventual gestão por prazo em dobro.

O resultado não poderia ter sido mais desastroso na condução das contas públicas, na medida em que todos os primeiros mandatários tornaram-se os naturais candidatos à reeleição e, e al-



Kipper

guns desistiram de concorrer, nem por isso a esmagadora maioria deixou de pleitear a recondução ao cargo.

Ora, chefes de executivos eleitos para um mandato e que se depararam, na undécima hora, com a possibilidade de reeleição, passaram a gerar, em um ano e três meses, despesas eleitoreiras, que lhes permitiram a recondução, de tal maneira que a falta de sobriedade administrativa e de contenção de despesas, o abandono de projetos necessários, mas impopulares, a transigência política, os acordos com as bases eleitorais, as maquiagens de obras extemporâneas, os gastos excessivos e todo um cortêjo de concessões para garantir a reeleição foram a tônica dominante de quase todos os governos, no ano de 1997.

É de se lembrar que o governo federal, por exemplo, fez aprovar, em novembro de 1997, um ajuste fiscal, em que se comprometia a cortes de R\$ 16 bilhões de despesas, exigindo R\$ 4 bilhões de aumento de tributos da sociedade. Obteve o aumento e não só não cortou seus gastos como elevou o déficit público, em qualquer dos conceitos que se adote para determiná-lo, mas, principalmente, no conceito nominal, a quase o triplo do que os 11 países que adotaram o "euro" poderão atingir para continuar com o direito a essa moeda (3%).

É que a ânsia da reeleição afasta a discussão dos projetos impopulares e, no momento das crises, somente os projetos impopulares podem permitir que os países delas saiam. Não houve, a rigor, maior esforço político na gestão da coisa pública, rememorando-se que in-

clusive a reforma administrativa, aprovada (emenda constitucional nº 19/98) em junho de 98, não teve até a eleição sua regulação infraconstitucional, pois esta implicaria atingir determinadas categorias funcionais que poderiam prejudicar o projeto de continuidade.

Quase todos os governos (federal e estaduais) descuidaram dos controles orçamentários para garantir a recondução de seus titulares, e, se alguns não obtiveram o apoio popular para retornar à sede do governo, o certo é que todos deixaram de ser austeros e contribuíram de forma dramática para o desajuste orçamentário e a crise de confiabilidade em que o país se encontra. Excepcione-se o correto governador Mário Covas, que foi contra a reeleição, candidatou-se ao final por fidelidade partidária e não transigiu na administração da coisa pública.

Depois da festa, a conta tem que ser paga e os anfitriões já não têm mais recursos para pagá-la. Tendo o país perdido a chance de desvalorizar a moeda em meados de 98, quando ainda as reservas eram de US\$ 70 bilhões, hoje, com reservas deterioradas e sem apoio mais convincente da comunidade internacional (inclusive do FMI, por não-cumprimento de metas), vê-se atirado a uma flutuação cambial que nem sequer oferta à empresa nacional maiores possibilidades, na medida em que os juros foram elevados para manter a recessão e evitar pressões inflacionárias.

Apesar de a flutuação cambial abrir melhores horizontes do que a política anterior, o país só sairá da crise se apresentar, como Japão e Coreia, uma redução do peso do Estado sobre a sociedade para que esta possa crescer. E esse peso foi consideravelmente elevado por conta da reeleição.

Ives Gandra da Silva Martins, 61, advogado tributarista, é professor emérito da Universidade Mackenzie e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

*Depois da festa,  
a conta tem que ser  
paga e os anfitriões  
já não têm mais  
recursos para pagá-la*